



# O mês do STF

SUPREMO EM PAUTA

01 setembro 2014 | 16:23

*O acentuado grau de notoriedade do STF não foi seguido pelo mesmo nível de acompanhamento e de controle de suas atividades. A despeito da frequência com que o Supremo tem ocupado as manchetes e análises de diversos meios de comunicação, um amplo espectro de medidas passa despercebido pelo público, tanto geral quanto especializado.*

*Com o objetivo de diminuir a escassez de informações a respeito das atividades do STF, o projeto Supremo em Pauta da FGV Direito SP irá fornecer um relatório mensal contendo (i) as principais ações que foram ajuizadas no Tribunal, e (ii) as principais ações que foram julgadas (ou interrompidas), no mesmo período.*

*O relatório será publicado na primeira segunda-feira de cada mês no*

**Edição: Agosto/2014**

## **Eleição do novo Presidente do STF**

Ricardo Lewandowski foi eleito presidente do STF. Em seu breve discurso, ressaltou as linhas gerais de sua administração. Veja mais sobre essa eleição e o significado de sua fala em

Já na Presidência, Ricardo Lewandowski sinalizou adiamento do julgamento dos Planos Econômicos. Veja mais em E a entrevista do coordenador Rubens Glezer: .

## **Acesso à Justiça**

RE 631.240. O STF firmou entendimento, no julgamento do Recurso Extraordinário 631.240 com repercussão geral, de que só poderão ingressar com ações judiciais para a concessão de benefícios previdenciários aqueles que tenham feito antes um pedido administrativo ao INSS. Estão excetuados desta exigência os pedidos de revisão de benefícios e aqueles pedidos que afrontam posição contrária e notória do INSS, como a “desaposentação”.

RE 627.709. O STF considerou que a eleição do foro para ajuizamento de demandas contra autarquias federais é de escolha do autor e pode ser feito em localidade diversa da sede da autarquia, tendo em vista a presença da Justiça Federal no território nacional.

## **Penal e Mensalão**

AP 470. O STF negou o pedido de prisão domiciliar feito por Roberto Jefferson. A defesa alegava riscos à sua saúde. Por maioria, o STF entendeu que o sistema prisional tem condições de oferecer o tratamento adequado. Apesar de muito semelhante ao pedido feito por Genoino, condenado na mesma ação penal, alguns ministros votaram diferente. Veja mais na análise

Ainda nesta ação, foi concedida a progressão de regime para Genoino e Lamas, que passaram do semi aberto ao aberto.

## **Penal e falta de critérios**

HC 123.431 e HC 123.292. Decisões monocráticas de Celso de Mello e Marco Aurélio contrárias entre si, deram interpretação diversa a súmula 69: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de “habeas corpus” impetrado contra decisão do relator que, em “habeas corpus” requerido a tribunal superior, indefere a liminar”. Veja mais em .

## **Trabalho escravo contemporâneo**

IP 3412. O STF recebeu a ação penal contra o deputado João Lyra, contra quem recai a acusação de impor aos seus trabalhadores uma condição análoga à de escravidão. Leia como o trabalho escravo contemporâneo está na pauta do STF em

## **Plano Diretor**

RE 607.940. O STF suspendeu julgamento onde se analisa a inconstitucionalidade de legislação que regulamenta condomínios por ausência de Plano Diretor (obrigatoriedade Plano Diretor).

## **Tributos**

RE 595676. O ministro Roberto Barroso indicou que a imunidade atinge apenas produtos que não teriam viabilidade econômica caso fossem vendidos separadamente. Já para o ministro Teori Zavascki os produtos “acessórios” poderiam receber o benefício. Ministros como Marco Aurélio e Luiz Fux atrelaram o benefício à finalidade didática e educativa dos produtos. Esses critérios, porém, nem sempre são harmônicos e falta de preponderância de um deles dificulta saber qual é a regra que o Supremo segue. Veja mais na análise .

**Ações mais importantes que deram entrada no STF no mês de agosto:**

ADI 5155: questiona norma que cria Região Metropolitana de Salvador.

AC 3686: cautelar que visa impedir atividade de mineração em terra indígena

ADI 5156: questiona o Estatuto da Guarda Civil Metropolitana.

RCL 18345: questiona afastamento preliminar de função do Executivo municipal por medida liminar em ação de improbidade, ou seja, sem trânsito em julgado.

Publicado por Eloísa Machado e Rubens Glezer, coordenadores do Supremo em Pauta da FGV DIREITO SP.

As informações e opiniões expressas neste blog são de responsabilidade única do autor.